

Retórica e história: a invenção e os lugares-comuns na caracterização do modo de fazer guerra dos bretões do Norte*

Rhetoric and history: invention and commonplaces in the characterization of the northern Britons' way of waging war

Juliet Schuster**

Resumo: Este artigo tem como objetivo a reflexão sobre o emprego da retórica na escrita histórica dos antigos romanos, particularmente, o uso dos lugares-comuns empregados na descrição dos "outros". O recorte específico se dá em torno da descrição do modo de fazer guerra dos "bárbaros" celtas e bretões, entre os séculos I e IV d.C. Os bretões do Norte (habitantes do território que hoje corresponde ao norte da ilha britânica) nunca chegaram a ser classificados como celtas pelos escritores antigos. No entanto, foram integrados a este rótulo em tempos modernos. Além de questões linguísticas terem aproximado essas populações, na visão dos intelectuais do século XVIII e XIX, uma forte contribuição para essa associação vem das representações feitas pelos antigos. Através de uma exploração do modo de fazer história, com ênfase no treinamento retórico e nos fins políticos envolvidos nessas descrições, é possível compreender a homogeneidade na representação destes povos habitantes de regiões longínquas no tempo e espaço.

Abstract: This article aims to reflect on the use of rhetoric in ancient Roman historical writing, particularly the use of commonplaces employed in the description of the "others". The specific focus of this study is centered on the descriptions of the way of waging war of the "barbarians" Celts and Bretons between the 1st and 4th centuries AD. The North Britons (inhabitants of what is now the north of the British Isle) were never classified as Celts by ancient writers. However, they have been integrated into this label in modern times. In addition to linguistic issues bringing these populations together in the view of eighteenth and nineteenth century intellectuals, a strong contribution to this association comes from the representations made by the ancients. Through an exploration of the way of making history, with an emphasis on rhetorical training and on the political purposes involved in these descriptions, it is possible to understand the homogeneity in the representation of these peoples who inhabit distant regions in time and space.

Palavras-chave:

Historiografia romana.
Retórica.
Lugares-comuns.
Bárbaros.
Celtas.
Bretões.

Keywords:

Roman historiography.
Rhetoric.
Commonplaces.
Barbarians.
Celts.
Britons.

Recebido em: 21/12/2022
Aprovado em: 22/06/2023

* O presente artigo apresenta algumas das ideias desenvolvidas na dissertação de mestrado defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas.

** Professora, mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, pesquisa a recepção da Antiguidade e a representação dos bárbaros. Integra os grupos de pesquisa Labeam (Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais) e República das Letras (Estudo de Textos Renascentistas em Latim).

Na década de 1980, as teorias pós-coloniais iniciaram um movimento de resgate da história de povos que haviam sido subjugados por outros, mostrando que não houve uma simples aculturação, como postulavam as teorias tradicionais, pois a gama de respostas ao contato colonial foi vasta e complexa. No âmbito da história do Império Romano e das províncias a ele incorporadas, a teoria da romanização, há muito vigente (MENDES, 2008, p. 38-39), acabou por construir e consolidar a ideia de que os povos conquistados passavam por um processo de aculturação, incorporando a cultura do dominador, ao passo que perdiam totalmente a sua própria. Isso implicou a elaboração de modelos dicotômicos entre as culturas, nos quais houve uma supervalorização da cultura “civilizada” e, portanto, “superior” do conquistador *versus* a desvalorização da cultura “bárbara primitiva”, na qual, além de mecanismos de imposição, os próprios subjugados viam vantagem e superioridade no *status* da cultura romana e no seu progresso (HINGLEY, 2010, p. 33-35).

A revisão dessas matrizes historiográficas acabou gerando um crescente interesse na história desses povos conquistados. Entre eles, e de especial interesse no presente artigo, os bretões do norte da ilha britânica, que mais tarde passaram a ser conhecidos como *pictos*.² De acordo com o grego Ptolomeu (*Geographia*, II, 3, 5-7), o Norte era habitado por cerca de doze etnias ou agrupamentos diferentes na época da chegada dos romanos, sendo o grupo mais famoso o dos *caledônios*. Destes últimos vem o nome que o historiador Tácito utilizou para designar o norte da Grã-Bretanha: Caledônia.

Novos membros da “civilização celta”

Os *pictos*, ou bretões do Norte, até pelo menos a década de 1950, eram considerados, por muitos, como tendo uma origem pré-histórica e como falantes de um idioma não indo-europeu (FOSTER, 2006, p. 5-6). Ainda na década de 1980, dois grandes estudiosos da relação entre invasores romanos e nativos britânicos, David Breeze e John

² Os *pictos* estão na origem de um reino pluriétnico constituído por volta do século VI no território que corresponde mais ou menos à extensão do moderno Estado Escocês (mais especificamente do centro em direção ao norte). No Panegírico de Constâncio (VIII), do ano de 297, encontramos o primeiro registro histórico conhecido do termo *picto*, porém, o primeiro rei autointitulado *picto* só apareceu por volta do ano 550. Seguindo a teoria defendida pelo historiador James Fraser (2009, p. 43-53), é possível que os romanos tenham criado essa identidade para diferenciar estes povos, aos quais eles só conseguiram dominar por breves períodos, dos demais habitantes da ilha. Acredita-se, inclusive, que o termo “*picto*” venha do termo latino *picti*, que significa “os pintados”, já que as fontes falam que esses bárbaros pintavam e tatuavam seus corpos. Inicialmente, todos os habitantes da ilha britânica eram chamados de bretões pelos registros gregos e romanos, mas a partir do final do século III d. C., aqueles que habitavam o norte e estavam para além das fronteiras imperiais começaram a ser identificados por esse novo rótulo (SCHUSTER, 2012, p. 30). Por centrar-se nos três primeiros séculos da nossa era, a terminologia privilegiada no presente estudo é bretões e não *pictos*, e “do norte” para diferenciá-los dos provincianos do sul.

C. Mann (1987, p. 85-91), defendiam a hipótese de que os caledônios tinham origem pré-histórica e, por isso, teriam dado seu nome ao território, o que não se aplicava aos demais onze povos identificados (por Ptolomeu) que teriam origem celta. Pouco depois, em 1998, Paul Dumbavin, em seu livro *Picts and Ancient Britons: an exploration of pictish origins*, defende que os pictos, ao contrário dos outros habitantes da ilha britânica, não teriam origem celta, mas seriam descendentes dos citas. No entanto, essa tendência de separar os bretões do Norte dos demais habitantes da ilha, de tratá-los como um povo à parte, tem diminuído nos últimos anos, com os pictos incluídos dentre os membros da “civilização celta” na literatura do campo.

Os romanos nunca chegaram, porém, a se referir aos habitantes das ilhas (Grã-Bretanha e Irlanda) como celtas. Essa extensão do termo é produto da filologia histórica moderna, que reconheceu as conexões linguísticas entre o irlandês moderno, o gaélico escocês, o galês, o bretão, o corno (Cornuália), o manx (Ilha de Man) e as antigas línguas célticas do continente (DIETLER, 1994, p. 585). No entanto, em alguns livros sobre o mundo céltico, é possível ver as descrições dos pictos lado a lado com as caracterizações dos povos do continente (neste caso, apenas os últimos são chamados de celtas pelos autores gregos e romanos).³ A título de exemplo, exploro dois capítulos do livro *The Celtic World*, editado por Miranda Green (1996): “The Celts through classical eyes” e “The army, weapons and fighting”. O primeiro, de autoria de David Rankin, discorre sobre o modo como os escritores clássicos retratavam e imaginavam os celtas. O autor apresenta as descrições mais recorrentes sobre os celtas, do mundo helenístico ao Baixo Império Romano, chamando atenção ao final para a consistência de muitos desses relatos. É então, no último parágrafo de seu texto, que Rankin expõe que essa recorrente e relativa homogeneidade se deve muito ao sistema de ensino retórico e à sua ênfase no aprendizado de lugares-comuns. Porém, o autor apenas enuncia a questão, não aprofunda a discussão e, com este enunciado, encerra o capítulo. O capítulo seguinte, “The army, weapons and fighting”, de John Graham Ritchie e William Ritchie, trata da guerra no mundo céltico. Além de abordarem algumas evidências arqueológicas, os autores discorrem sobre as fontes escritas, dividindo os temas por tópicos em que reúnem os relatos de escritores clássicos que deixaram algo registrado sobre o assunto em questão. Esse aspecto me chamou a atenção, já que se tratavam de autores de períodos distintos que escreviam sobre “celtas” habitantes de regiões distantes e de épocas diversas. Os costumes atribuídos aos celtas da Ásia Menor, aos celtas do norte da Itália, da Gália, eram muito similares, e muitos destes apareciam também nas fontes que tratavam dos bretões do Norte. Porém,

³ E também dos *hiberni*: como eram designados pelos autores gregos e romanos os antigos habitantes Irlanda.

essas similaridades não foram tratadas de maneira crítica pelos pesquisadores e também não foram trabalhadas à luz de argumentos como o de David Rankin (1996, p. 32), para quem muitas das semelhanças se deviam aos *topoi* (lugares-comuns) preconizados pelo esquema de educação retórica.

Além do fato de a extensão do termo celta para os antigos habitantes das ilhas britânicas ser um produto moderno, a tendência atual é encarar os celtas como uma criação da mente humana (primeiro da greco-romana, posteriormente da moderna), já que os celtas não seriam nada mais do que um rótulo étnico atribuído por *outsiders* que colocavam sobre uma mesma categoria diversos povos que deveriam ter uma cultura com base local e não deveriam compartilhar qualquer sentimento de solidariedade étnica. Ao contrário do que postula a tradicional descrição “normativa” dessas populações antigas, estudiosos como Simon James (1999, p. 80) defendem que o essencial não eram as similaridades,⁴ mas sim as diferenças entre essas tradições múltiplas e autônomas, cujas similaridades devem ter derivado do contato e da convergência, e não de semelhanças herdadas de uma origem comum. Nas ilhas britânicas, o padrão geral que a arqueologia está revelando – quase integralmente de pequena escala, de vida social de curta distância e de grande diversidade regional – é irreconciliável com a ideia de uma identidade étnica unificada que chamamos de “celta” (JAMES, 1999). As inegáveis similaridades e relações entre esses vários povos são melhor compreendidas em termos de desenvolvimento paralelo de várias sociedades em íntimo contato, já que, na Idade do Ferro, as sociedades das ilhas, em sua maioria, eram hierárquicas e dominadas por uma elite que operava em nível “internacional” (JAMES, 1999, p. 133).

Essas considerações são altamente legitimadoras da assertiva de David Rankin (1996, p. 32) de que a descrição desses vários povos celtas como similares se devia ao sistema educacional retórico, pois, como os novos olhares aos vestígios arqueológicos têm demonstrado, essas populações teriam culturas, costumes e seriam de fato consideravelmente diferentes umas das outras. Frente a essas considerações, este texto tem por objeto compreender melhor a descrição feita por historiadores gregos e romanos sobre os bretões do Norte, à luz da relação entre retórica e história e, em especial, dos lugares-comuns e caracterizações similares legadas aos povos chamados de celtas. O recorte temporal se dá entre os séculos I e IV, período durante o qual foram escritas as obras que retratam os habitantes da ilha. Esta abordagem tomará corpo a partir de um exemplo: a associação entre barulho, exibição e confusão. Em razão da ausência de documentos escritos pelos próprios bretões do Norte, compreender as descrições legadas

⁴ E este cita também John Collis e Malcolm Chapman (JAMES, 1999, p. 80).

pelos historiadores gregos e romanos de maneira mais crítica pode ser uma importante ferramenta para um melhor entendimento da história desses povos.

Retórica e história

A questão historiografia/retórica não poderia ser mais contemporânea. Nos últimos anos, a visão tradicional de que a busca pela verdade é a principal tarefa do historiador vem sendo duramente criticada. Cientistas sociais, linguistas e outros teóricos têm mostrado o quanto as narrativas históricas e ficcionais guardam em comum. A preocupação tem se voltado para a questão de como as narrativas históricas usam a retórica, ou linguagem persuasiva, para construir sentido em vez de inocentemente transmiti-lo. Argumenta-se que a verdade na história é determinada pelos leitores dos textos históricos, “as expectativas de um certo leitor, em um momento e lugar particular podem ser mais cruciais do que qualquer padrão de verdade universal” (LAIRD, 2009, p. 197).⁵

Apesar da dificuldade de definição da retórica, quanto à retórica praticada em Roma é possível considerar algumas características gerais comuns às diversas abordagens atuais. Uma dessas características em comum de muitos dos recentes estudos sobre a retórica romana tem sido o afastamento do tratamento dessa retórica como um fenômeno trans-histórico de eloquência, um ideal que vários oradores e teóricos retóricos da Antiguidade compartilhavam. No lugar disso, a retórica tem sido tratada como uma construção cultural, algo que está firmado em sua sociedade. A enraizada influência retórica em outros campos da literatura em tempos romanos pode ser atestada pelo fato de que o manual retórico *Institutio Oratoria*, de Quintiliano, não abrange apenas a retórica e seus assuntos correlatos, mas também a cultura humana e a sociedade no geral. A habilidade no discurso público era o principal foco da educação antiga e, de acordo com Jorge Fernández López (2007, p. 309), isso significa que todas as áreas da cultura eram retoricizadas em algum grau.

Na escrita da história, o emprego das técnicas retóricas era importantíssimo na composição dos discursos dos personagens, assim como na organização dos episódios, na estrutura dos argumentos e no uso da linguagem/estilo (MELLOR, 1999, p. 189). Segundo Fornara (1983, p. 140-141), Cícero teria proposto o que hoje chamamos de uma “teoria historiográfica” que consistia basicamente de um corte na teoria que era exposta nas escolas de retórica para todos; os historiadores acabavam por empregar um ou outro

⁵ As citações presentes neste artigo, bibliográficas e de fontes primárias, foram traduzidas para o português pela autora para uma maior fluência na leitura do texto.

princípio, conforme eles se adequassem a seus objetivos artísticos e propósitos históricos, e a escrita da história se fazia particularmente interessante devido à suas extraordinárias possibilidades literárias.

Verdade e ficção

De acordo com Ronald Mellor (1999, p. 185), os leitores romanos eram menos rigorosos do que os modernos na diferenciação entre fato histórico e ficção: “no mundo antigo, a história era um ramo da literatura, e o historiador era, acima de tudo, um artista literário” (MELLOR, 1999, p. 187). A historiografia romana apresenta uma série de mudanças com relação à história feita na Grécia: diferentemente da profissão de historiador existente no mundo grego, que valorizava a observação pessoal realizada através de viagens, em Roma, o historiador era ele mesmo a fonte informada, quase sempre componente da ordem senatorial – a reivindicação para escrever história era baseada no prestígio e na sabedoria ganhos através da participação na vida política da comunidade (FORNARA, 1983, p. 53-57). Já que os romanos não escreviam uma história ecumênica, tratavam das questões de outras cidades e Estados apenas quando estas se tornavam relevantes para Roma: assuntos estrangeiros podiam ser tratados sem “sair de casa” (FORNARA, 1983, p. 56). O pré-requisito para escrever sobre “os feitos do povo romano” não consistia em uma pesquisa cuidadosa através de interrogação de testemunhas ou presença nos eventos enquanto tarefa do historiador, mas na *auctoritas*: “a autoridade dos cargos ocupados e dos exércitos comandados” (FORNARA, 1983, p. 54).

A palavra latina *auctoritas*, segundo o dicionário Lewis e Short (1879), está ligada a poder, autoridade, reputação, dignidade, influência, mas também à produção e invenção. Rezende (2009, p. 88) destaca as acepções relacionadas a este aspecto inventivo – criação, fundação, instituição e garantia – que carregaria o termo. Sendo garantia, “o orador, antes de dizer, tem de ser, ele próprio, a verdade que ele está por dizer” (REZENDE, 2009, p. 59). Quanto a essa afirmativa, parece-me possível ressaltar dois aspectos reveladores contidos nela: primeiro, a invenção permitida ao orador, ou historiador no caso específico deste artigo, já que o detentor da *auctoritas* era o próprio *auctor*, ou criador; segundo, os limites impostos a essa mesma inventividade.

Quanto ao primeiro ponto, segundo Mellor (1999, p. 187), o “método histórico” romano consistia fundamentalmente de uma coleta de informações básicas a partir de testemunhas contemporâneas ou de livros, após a qual o historiador procedia a uma remodelação do material coletado em sua própria história (*story*) e a uma reformulação dela em suas próprias palavras. Mellor (1999, p. 191) ressalta ainda a preferência

concedida a outros livros de história enquanto fonte, em contraste com as matérias primas documentais. A prioridade era uma narrativa coesa e não comprovação de fatos. Essa prioridade pode-se entender pelo fato de que os professores de retórica há muito incutiam em seus pupilos a importância da probabilidade na construção de uma narrativa persuasiva (MELLOR, 1999, p. 192), e esses argumentos acabavam por prevalecer mesmo sobre as evidências (KENNEDY, 2001, p. 10). No caso da presente investigação: havia um sólido e consistente estereótipo bárbaro, era isso o que se esperava de uma caracterização de um povo considerado como tal, e não uma descrição interessada e apurada que mostrasse suas complexidades – pois isso poderia parecer improvável. Para os historiadores romanos a importância residia na moral e na política, não na precisão de certos dados (MELLOR, 1999, p. 192).

Essa falta de comedimento com evidências, dados, nomes e datas apuradas, o que dava espaço para criação dentro das histórias, também apresentava restrições, o que nos leva ao segundo ponto retirado da afirmativa de Rezende. A questão mesma da *auctoritas* que, por um lado, permitia a um homem romano escrever história sem ter de comprovar os fatos que registrava, também reprimia: já que a sua dignidade é o que assegurava a confiabilidade de sua obra histórica, ela acabava por entrar em jogo – o que deveria tornar o autor mais escrupuloso na hora de combinar investigação com *storytelling* (MELLOR, 1999, p. 191). Além disso, vários autores mencionam o fato de que as obras históricas poderiam ser recitadas publicamente. Nos tempos de Augusto, as recitações eram feitas antes da entrega para publicação, o que deixava o autor à mercê da recepção dos ouvintes e de possíveis refutações (REZENDE, 2009, p. 193).

O período helenístico tardio assistiu ao desenvolvimento de um conjunto racional de preceitos agrupados em cinco partes que recapitulam os atos de planejamento e declamação do discurso.⁶ Quando falamos sobre a liberdade de criação, falamos sobre a função atribuída à *inventio*.

***Inventio* e história**

A *inventio* era a primeira dessas cinco partes da preparação do discurso, na qual se planejavam os conteúdos e os argumentos (KENNEDY, 2001, p. 5). Era uma fase essencial na elaboração do discurso e ostentava um grande peso na composição da narrativa histórica. Sua definição, segundo o manual de retórica de Lausberg (2004, p. 91), seria:

⁶ A saber: a invenção (em latim, *inventio*, em grego, *heuresis*), o arranjo do argumento (*dispositio*, *taxis*), o estilo (*elocutio*, *lexis*), a memória (*memoria*, *mneme*) e a declamação (*pronuntiatio*, *hypocrisis*).

[...] o acto de encontrar pensamentos adequados à matéria conforme o interesse do partido representado, pensamentos que servem como instrumentos intelectuais e afectivos para obter, pela persuasão do juiz, a vitória do partido representado. [...] A *inventio* não é compreendida como um processo de criação (como em certas teorias poéticas dos tempos modernos), mas sim como um encontrar por meio da recordação (análogo à concepção platônica do saber): os pensamentos, aptos para o discurso, já existem, no subconsciente ou na semi-consciência do orador, como *copia rerum*, e só precisam de ser despertados por uma hábil técnica mnemônica e mantidos, o mais possível, conscientes por meio de uma exercitação permanente. Nesse caso, a memória é compreendida como uma totalidade espacial, por cujas diferentes divisões (lugares: *topoi*, *loci*) os diferentes pensamentos estão distribuídos. Por meio de perguntas adequadas (análogas ao método do perguntar socrático), os pensamentos escondidos nos *loci* são chamados à recordação). A preexistência geral dos pensamentos, que se devem encontrar, não exclui uma originalidade (*ingenium*) do orador e do artista.

A invenção e a liberdade de criação dentro do texto histórico apresentavam certos limites – além de ter de contribuir para a probabilidade do caso, não se tratava de uma simples invenção a partir do nada, mas sim de tentar encontrar pensamentos já conhecidos. No entanto, se para tratar da história romana, em especial das tramas políticas, se dispunham de fontes e informações mais confiáveis (FORNARA, 1983, p. 56-57), quando o assunto é bárbaros, especialmente os habitantes de regiões distantes, as liberdades de criação deveriam aumentar. Em primeiro lugar, os costumes de outros povos eram geralmente tratados em digressões etnográficas dentro do texto histórico, já que este centrava-se sempre na história romana e não partilhava das características da história ecumênica grega – o que, de acordo com Mellor (1999, p. 198), resultou em um endêmico posicionamento chauvinista e xenófobo: desde o tempo de Heródoto e seus contemporâneos, a geografia e a etnografia têm sido a via popular de se introduzir o estranho e o inspirador de medo na história. Entre os romanos, o conhecimento genuíno de lugares muito distantes era tão limitado que as digressões geográficas inevitavelmente continham uma mistura de fato e fantasia (MELLOR, 1999, p. 186).

Nesse mesmo sentido, Fornara ressalta que as digressões etnográficas começaram a ser cada vez mais utilizadas dentro das *res gestae* para complementar o quadro que estava sendo pintado, para deleitar o leitor ou adicionar informações interessantes que as leis da história teriam excluído da narrativa (FORNARA, 1983, p. 13-15). Quando informações etnográficas ou antiquárias eram necessárias, o escritor latino dispunha de excelentes bibliotecas privadas (FORNARA, 1983, p. 56), o que nos leva a um segundo ponto de reflexão (2) que pode ser extraído da definição do processo da *inventio*. Os pensamentos não eram criados a partir do nada, mas, sim, deveriam ser recordados. O conhecimento sobre povos estrangeiros distantes deveria vir de leituras prévias, já que pouquíssimos historiadores haveriam de ter viajado e conhecido esses “lugares selvagens”

que descreviam. Além disso, mesmo quando se descrevia um povo específico pela primeira vez, como é o caso dos bretões do Norte, não deveria ser necessário ter conhecimentos específicos sobre eles, mas, muito provavelmente, sobre qualquer outro povo considerado bárbaro e aproximado daquele, o que pode se dever ao fato de que alguns acadêmicos defendem que, aos olhos dos romanos, existia um arquétipo bárbaro e que todos os indivíduos e grupos, a quem os romanos catalogavam como bárbaros, respondiam a esse arquétipo. Neste sentido, os bárbaros eram uma construção da mentalidade romana e a esses bárbaros se atribuíam as características opostas às qualidades sobre as quais as aspirações romanas se centravam (WELLS, 2009, p. 335-337).

A reprodução dessas descrições com base nos livros de história anteriores e no conhecimento vulgar acabou por criar um número de lugares-comuns nas descrições desses bárbaros. Os lugares-comuns são importantes recursos dentro da construção de um discurso retórico e são geralmente situados dentro da *inventio*. Embora possam ser vistos hoje de maneira pejorativa, como estereótipos ou clichês, os *topoi*, na Antiguidade, possuíam validade discursiva e literária; a associação de ideias já conhecidas pelo público permitia orientar o interlocutor na compreensão e no convencimento dos argumentos. Era de fato parte fundamental da arte retórica e não constituía uma vulgarização do discurso: “o leitor estava mais propenso a acreditar em uma narrativa se ele pudesse antecipar corretamente o que viria em seguir” (DAMON, 2007, p. 441). Os lugares-comuns eram produtos finalizados que integram argumento lógico, apelo emocional e estilo em uma estrutura única: “os *loci communes* são produtos inventados e completos antes mesmo de se lidar com o caso em que se vai usá-lo” (DAMON, 2007, p. 448). Além disso, eles contêm uma amplificação que diz respeito a algo que está para além da dúvida: valores universalmente aceitos e relevantes para o caso (LEFF, 1996, p. 447-448). Quintiliano afirma a importância dos *loci communes* enquanto exercício oratório e que esse tipo de prática seria essencial precisamente porque lida com questões que ocorrem com frequência no tratamento do caso. Utilizando uma metáfora que compara a prática oratória com um campo de batalha, o autor diz, no livro II da *Institutio*, que os lugares-comuns são armas que deveríamos sempre ter guardadas em nossa armadura, prontas para uso imediato conforme demandasse a ocasião (LEFF, 1996, p. 448-449).

Ut barbaris moris

Tácito é, até onde temos conhecimento, o primeiro a descrever os povos habitantes da região da Caledônia (nome dado pelo autor ao norte da ilha britânica).⁷ Acredita-se

⁷ O viajante grego, Píteas de Massilia, que teria supostamente circum-navegado a Grã-Bretanha deixou algo registrado

que seu conhecimento procede em parte de informações obtidas com as expedições de Agrícola, seu sogro, à ilha;⁸ o que me leva primeiramente a questionar até que ponto as informações fornecidas derivam de testemunhos ou de lugares-comuns, leituras prévias de outros historiadores, etc? No entanto, mesmo que fosse possível saber “até que ponto”, já que não seria fácil nem mesmo para o próprio autor separar tão nitidamente conhecimentos pré-concebidos e informações novas, os próprios testemunhos oferecidos ao historiador deveriam conter uma mistura inseparável de preconceções e observação pessoal. Além disso, há um elemento, no texto, que mostra claramente o peso que esses conhecimentos prévios acerca dos “bárbaros” desempenhavam no enquadramento de todos os povos que eram tidos como tal, mesmo aqueles com quem se tinha contato pela primeira vez: em dois momentos em que comenta sobre costumes dos bretões do Norte, Tácito (*De vita et moribus Iulii Agricolae*, 11 e 33, respectivamente) fala que estes estariam de acordo com o que é de costume entre os bárbaros (“*ut inter bárbaros*”; “*ut barbaris moris*”).

Isso não é, de forma alguma, exclusivo de Tácito.⁹ De Heródoto a Amiano Marcelino, os historiadores tinham o costume de intercalar o nome próprio atribuído a cada povo com outras designações, sendo a mais popular delas “os bárbaros”, embora o uso do termo tenha passado por transformações.¹⁰

Os principais tópicos que encontrei em Tácito quando este se refere aos bretões do Norte e que se repetem em praticamente todos os autores analisados, tanto quando tratam destes últimos quanto quando tratam dos celtas,¹¹ são os seguintes: (1) o que chamaríamos hoje de “ritualização da guerra”, mas à qual os autores antigos sempre se

sobre Thule, a mais setentrional das ilhas britânicas. Alguns historiadores acreditam que Thule poderia se tratar das ilhas Órcades, Shetland ou até mesmo a Noruega. As ilhas Órcades e Shetland eram habitadas pelos pictos e seus antepassados; porém, além da imprecisão geográfica, só conhecemos a descrição desses habitantes através de comentários de Estrabão (*Geografia*, IV, 5, 5), que inclusive desacredita as informações de Piteas por não acreditar que essa parte do mundo pudesse ser habitada. Mais tarde, Sílio Itálico fala sobre os habitantes pintados de azul de Thule (*Púnicas*, 17, 416).

⁸ Cneu Júlio Agrícola foi governador da província da *Britannia* entre os anos 77/78 e 84/85 (há dúvidas quanto às datas) e a ele foi dada a tarefa de pacificação dos pontos da ilha onde esta ainda não havia sido completada. Agrícola empreendeu campanhas para subjugar e pacificar os bretões mais ao norte do território dos brigantes, pois isto protegeria não somente as comunicações dos romanos ao norte, mas também eliminaria potenciais aliados dos brigantes em uma futura rebelião – era ainda percurso essencial para a invasão da Irlanda. O ataque dos bretões do norte a uma guarnição romana, fez com que a conclusão da conquista da ilha se tornasse uma tarefa mais urgente do que invadir a Irlanda (HAYWOOD, 2009, p. 89 - 98).

⁹ Já no início das *Histórias* de Heródoto (I, X, grifo meu) encontra-se passagem semelhante: “pois entre os Lídios, como entre quase todos os povos bárbaros, constitui um opróbrio, mesmo para um homem, o mostrar-se nu”.

¹⁰ Sobre a origem do termo e suas conotações ao longo do tempo, ver: Todorov (2010, p. 24-29), Campo (2004, p. 43-62) e Koselleck (2006, p. 191-206).

¹¹ São eles: Dião Cássio (*Historiae Romanae*, LXXVII), Herodiano (*História do Império Romano após Marco Aurélio* [τῆς μετὰ Μάρκον βασιλείας ἱστορία], III, 14), Políbio (*Historíai*, II), Dionísio de Halicarnasso (*Rhōmaikē archaiologia*, XIV e XVIII), Diodoro Siculo (*Bibliotheca historica*, V) e Tito Lívio (*Ab Urbe condita*, XXI; XXXVIII).

referem como uma exibição, um *display*, uma performance que seria feita pelos exércitos bárbaros visando a causar impacto, mas que carecia de um bom planejamento militar efetivo, sempre fazendo par antitético com os romanos que não estavam ali apenas para fazer um espetáculo, mas para funcionar como uma eficiente máquina de guerra. (2) A disciplina do exército romano contrasta também com a instabilidade dos bárbaros, que iniciavam seus ataques com grandes demonstrações de ousadia e coragem, mas que frente ao primeiro obstáculo se apavoravam e saíam correndo desesperados em confusão e covardia. (3) Os armamentos levados à guerra pelos bárbaros também seriam retrógrados e inadequados, contrastando, por vezes explicitamente, com os armamentos mais apropriados e funcionais do exército romano. E, talvez, o lugar mais recorrente seja (4) a associação entre bárbaros e barulho.

Um exemplo: barulho, exibição e confusão

A segunda referência encontrada em Tácito sobre o que seria “de costume entre os bárbaros”, refere-se ao barulho. Na seção 33 da obra *Vida de Júlio Agrícola*, o historiador fala que o discurso proferido pelo líder da confederação dos caledônios, Calgacus, antes do enfrentamento com seu sogro, teria sido recebido com entusiasmo (*alacres*) por suas tropas. A *alacritas* era a emoção que provocava a arenga do general. Trata-se de um lugar convencional encontrado em outros autores, por exemplo, César (*De Bello Gallico*, I, 41, 1) e Tito Lívio (*Ab Urbe condita*, VI, 8, 10; VII, 33, 4) e inclusive em outras passagens do mesmo livro, quando Tácito fala da recepção do discurso de Agrícola pelos soldados romanos (35). No entanto, na maioria das vezes, não se trata apenas de barulho, pois este vem concatenado à confusão. Os habitantes da Caledônia não teriam apenas recebido o discurso com *alacritas*, mas também, “*ut barbaris moris*”, “com clamores, cânticos e gritos discordantes”.¹² Já os romanos também teriam recebido o discurso de seu respectivo general com uma “erupção” de entusiasmo (“*ingens alacritas*”), mas nenhuma menção a barulho/confusão.

Uma sentença similar a esta pode ser lida na obra do historiador Tito Lívio, escrita entre o final da República e início do governo de Augusto (cerca de um século antes de Tácito), que inclusive deve ter servido de fonte para Tácito, já que além de inúmeras passagens similares, há uma referência explícita a Lívio no início do *De vita et moribus Iulii Agricolae* (10, 3). No livro XXI da *Ab Urbe condita libri*, o autor descreve o início da

¹² “*Exceperent orationem alacres, ut barbaris moris, fremitu cantuque et clamoribus dissonis*”.

Segunda Guerra Púnica e a trajetória de Aníbal por alguns territórios, entre eles, alguns territórios gauleses. Quanto a estes, o autor diz:

Os gauleses correram para encontrá-los na margem, *com todos os tipos de gritos e seu canto costumeiro* [cum variis ululatus cantuque moris sui], batendo seus escudos juntos acima de suas cabeças e brandindo dardos em suas mãos direitas, apesar da ameaça de tão grande multidão de navios vindo em sua direção, do barulho alto do rio e da confusa incitação dos barqueiros e dos marinheiros, eles continuaram se esforçando para manter seu curso e gritando brados de encorajamento para seus companheiros da outra margem.¹³

Os gauleses não apenas compartilham do *barbaris moris*, como, segundo a descrição de Lívio, criam uma cena de guerra onde não se pode senão imaginar o caos, pois o seu barulho costumeiro – cantos e gritos - concorre com o alto ruído do rio e a incitação dos barqueiros. De acordo com John Graham Ritchie e William Ritchie (1996, p. 53-4), os celtas faziam um uso tático do barulho. Embora as passagens de alguns autores concordem com isso, o ruído parece estar inevitavelmente atrelado ao ser bárbaro, como um elemento quase que de irracionalidade, refletindo sua confusão e falta de organização. Dionísio de Halicarnasso relata uma passagem de uma situação cômica, para não dizer ridícula, que se passa com os gauleses. Eles haviam capturado Roma, porém ainda não haviam tomado o Capitólio, que seguia sitiado; seu rei pede que alguns dos seus tentem penetrar no Capitólio à noite, às escondidas, e ordena os guardas a permanecerem em silêncio para que os romanos acreditassem que eles dormiam, para que, dessa maneira, dormissem também. O primeiro homem havia subido sem ser notado, no entanto, foi denunciado pelos gritos dos gansos sagrados de Juno que eram criados no santuário. A reação dos bárbaros foi de confusão, gritaria e correria juntamente com o barulho que faziam os gansos que voavam em sua direção (Dionísio de Halicarnasso, *Rhōmaikē archaiologia*, XVIII, 7). Outra passagem de Dionísio compara seus gritos e ruídos, quando foram atacados e mortos pelos romanos, com rugidos e gritos que pareciam uivos/gemidos de bestas selvagens (Dion. Hal., *Rhōm. arch.*, XIV, 10, 2).

Quanto ao uso estratégico do barulho, sua função primeira parecia ser a de aterrorizar os inimigos. Tito Lívio, “reproduzindo” o discurso de um cônsul sobre a natureza guerreira dos gauleses, fala que além de sua altura e grandes escudos e espadas, eles usam: “canções, conforme eles avançam para a batalha, e gritos e saltos e o barulho terrível das armas, já que eles batem seus escudos de acordo com algum

¹³ “Galli occursant in ripa cum variis ululatus cantuque moris sui quatientes scuta super capita vibrantesque dextris tela, quamquam ex adverso terrebat tanta vis navium cum ingenti sono fluminis et clamore vario nautarum, militum, et qui nitebantur perrumpere impetum fluminis, et qui ex altera ripa traicientes suos hortabantur”.

costume ancestral - tudo isso é deliberadamente utilizado para aterrorizar seus inimigos” (Liv., *Ab. Urb.*, XXXVIII, 17, 4).¹⁴

Em outro discurso endereçado aos soldados, dessa vez um atribuído a Camilo por Dionísio de Halicarnasso (*Rhōm. arch.*, XIV, 9, 4), o ditador romano fala sobre o uso estratégico do barulho com vistas a aterrorizar o inimigo:

Não, nem mesmo suas tentativas de assustar seus inimigos e aterrorizá-los antes de chegar às vias de fato devem causar-nos qualquer temor, como se fossemos inexperientes na guerra. Pois que mal pode ser feito, para os homens que estão indo para a batalha, por aquelas longas madeixas, pela ferocidade de seu olhar, e pelo aspecto sombrio de seus rostos? E esse estranho galopar, o brandido inútil de suas armas, o intenso choque de seus escudos, e todas as outras demonstrações de bravata bárbara e sem sentido [*barbároy kai áfronos alazoneías*], seja através dos movimentos ou através dos sons, praticadas por meio de ameaças a seus inimigos – que vantagens esperam trazer para aqueles que atacam de maneira pouco inteligente, ou que medo podem causar àqueles que, com um bom planejamento, mantém suas posições em meio ao perigo?¹⁵

De acordo com Camilo, o uso estratégico do barulho, entre outros elementos que visariam à desestabilização do inimigo, são completamente inúteis quando se enfrenta um exército bem-preparado – só funcionariam entre exércitos bárbaros, sem treinamento e de táticas pouco inteligentes. Ao mesmo tempo, a necessidade de afirmar tais questões levanta algumas interrogações: seria apenas um recurso literário para ridicularizar os inimigos ou a necessidade de tal afirmação perante seus soldados mostra que esse olhar feroz e essa “algazarra sem sentido” tinha algum efeito sobre o exército romano? É conhecido um episódio relatado por Tácito, no qual os soldados romanos teriam ficado paralisados de medo diante das pragas e maldições rogadas contra eles por alguns sacerdotes da ilha de Mona (*Tac., Annales*, 14, 30).

Um elemento que corrobora essa noção de uso estratégico do barulho são os berrantes¹⁶ e trombetas utilizados na batalha: “Suas trombetas são de natureza peculiar, assim como o uso dado pelos bárbaros, pois quando elas são sopradas emitem um som áspero, apropriado ao tumulto da guerra” (Diod., *Bib. hist.*, V, 30, 3. Grifo meu).¹⁷ De

¹⁴ “*ad hoc cantus ineuntium proelium et ululatus et tripudia, et quatientium scuta in patrium quendam modum horrendus armorum crepitus, omnia de industria composita ad terrorem*”.

¹⁵ “ἀλλὰ μὴν οὐδ’ οἷς δεδίττονται τοὺς πολεμίους καὶ πρὶν εἰς χεῖρας ἔλθειν ἐκδειματοῦσιν, ὄρρωδητέα ἡμῖν ἐστίν, ὥσπερ ἀπίροις πολέμου. τί γὰρ ἂν δυνήσονται δεινὸν ἐργάσασθαι τοὺς ὁμόσε χωροῦντας αἱ βαθεῖαι κόμαι καὶ τὸ ἐν τοῖς ὄμμασιν αὐτῶν πικρὸν καὶ ὁ βλοσυρὸς τῆς ὄψεως χαρακτήρ αἷ τε δὴ πλημμελεῖς αὐταὶ σκιρτήσεις καὶ τὰ διὰ κενῆς ἀνασείσματα τῶν ὄπλων καὶ οἱ πολλοὶ τῶν θυρεῶν κτύποι, καὶ ὅσα ἄλλα ὑπὸ βαρβάρου καὶ ἄφρονος ἀλαζονείας κατὰ τε μορφὰς καὶ φωνὰς ἐν ἀπειλαῖς πολεμίων σπαθᾶται, τίνα παρέχειν πέφυκε τοῖς ἀνοήτως ἐπιούσι πλεονεξίαν ἢ τοῖς μετὰ”.

¹⁶ Um instrumento musical simples, que consiste de um tubo de metal curvo que deve ser soprado, cuja forma se assemelha a um corno, e daí vem o nome na língua inglesa: *horn*.

¹⁷ “σάλπιγγας δ’ ἔχουσιν ἰδιοφυεῖς καὶ βαρβαρικάς: ἐμφυσῶσι γὰρ ταύταις καὶ προβάλλουσιν ἦχον τραχὺν καὶ

acordo com Constanze Witt (2009, p. 294), a busca pelo terror dos inimigos era composta por essa combinação de clamores e gritos de guerra com berrantes e trombetas que emitiam um som cacofônico.

Além do barulho, o temor dos inimigos também era perseguido por outros elementos de exibição. Um exemplo que conjuga esses dois recursos é um dos tipos de trombetas, conhecida como *carnyx* (nome romano, o nome celta dado ao instrumento é desconhecido). Associado aos celtas, a *carnyx* era uma trombeta longa feita de bronze batido e na vertical, de modo que o som viajava a partir de mais de três metros do solo. A extremidade superior do instrumento apresenta uma cabeça de javali e tem uma língua móvel, de modo que quando era tocado, além do som emitido, o “javalí” parecia estar vivo e gritando. Embora não haja registros explícitos para o uso de *carnyx* pelos bretões do Norte, Julio César fala de seu uso na ilha e a peça que sobreviveu em melhores condições foi encontrada no nordeste da Escócia. Encontrada em Deskford, em 1816, trata-se da cabeça de um trombeta da Idade do Ferro; de acordo com o site do National Museum of Scotland, local onde se encontra a peça original e uma reconstrução, essa peça é uma construção complexa, forjada a partir de folhas de bronze e de latão, o que é interessante, já que o latão não é nativo da Escócia: este material deriva de metais romanos reciclados, datando de cerca de 80 a 250 – justamente o período de confronto entre romanos e bretões do Norte.¹⁸

A partir dessas reconstituições, sabe-se que essas trombetas realmente emitiam um som cacofônico e perturbador. Porém, mais do que o questionamento de se esse barulho todo era verdadeiro ou não, se os romanos não faziam um barulho perturbador também, é preciso entender como esse barulho deve ter se tornado um elemento presente no imaginário romano quando estes pensavam em bárbaros. Tal impacto pode ser imaginado na dramaticidade contida em algumas passagens, cujo melhor exemplo talvez seja um trecho de Políbio (*Hist.*, II, 29, 5-6, grifo meu), em que o historiador fala que os romanos estavam consternados com:

[...] o barulho [*thórybos*] produzido pela força celta, pois haviam inúmeros sopradores de berrantes [*bykanhtôn*] e trombeteiros [*salpigktôn*] e, como todo o exército estava bradando seus gritos de guerra ao mesmo tempo acompanhado de tais instrumentos, houve um tal barulho que parecia que não eram apenas os soldados e as trombetas, *mas que as vozes de todo o país começaram a ressoar juntas* [*allà kai toùs parakeiménoys tópoys synhchoûntas ex autôn dokeîn proïesthai fonén*].¹⁹

πολεμικῆς ταραχῆς οἰκείον”.

¹⁸ Deskford carnyx – National Museum of Scotland. Disponível em: <https://www.nms.ac.uk/explore-our-collections/stories/scottish-history-and-archaeology/deskford-carnyx/>. Acesso em: 14 de junho de 2022.

¹⁹ “τούς γε μὴν Ῥωμαίους τὰ μὲν εὐθαρσεῖς ἐποίει τὸ μέσους καὶ πάντοθεν περιελιγμέναι τοὺς πολεμίους, τὰ δὲ πάλιν

Além da *carnyx*, e das trombetas de forma geral, outro elemento que combinava barulho e exibição foi encontrado em Ciumești, Romênia, em um enterramento do século III a. C. Além de uma armadura para a canela (*greaves*, no inglês) e de uma cota de malha, havia neste sepultamento um elmo coroadado com a figura de uma ave de rapina em bronze – um corvo, talvez. As asas são móveis para que, conforme o guerreiro corra em direção ao inimigo, seu elmo produza uma assustadora cacofonia e movimento – o pássaro “batia as asas”. O uso deste tipo de elmo em outras zonas “celtas” é atestado por uma passagem de Diodoro Sículo (*Bib. Hist.*, V, 30, 2) sobre os gauleses: “Em suas cabeças eles põem elmos que têm grandes figuras em relevo destacando-se deles, e dão a impressão de que aqueles que os usam são maiores em tamanho”. Dião Cássio (*Hist. rom.*, LXXVII, 12, 3) fala que os caledônios e os *maeatae* (também bretões do Norte) iam para a guerra com uma lança curta que tinha uma maçã de bronze ligada à extremidade da haste da lança, de modo que quando era agitada poderia ressoar e aterrorizar o inimigo.²⁰ Estas trombetas, elmos e lanças deveriam ter um significado que ia muito além de mera performance, muito mais do que uma exibição vazia e arrogante, como supõe Aristóteles (*Ethica Nicomachea*, III, 7).²¹ O contexto arqueológico onde as armas e armadura “celtas” são encontradas mostra que havia um profundo aspecto religioso na prática da guerra. A *carnyx* de Deskford foi encontrada em um depósito votivo para algum deus desconhecido. Devido à sua complexidade (de acordo com as reconstruções feitas através da Arqueologia experimental seriam necessárias cerca de 400 horas na sua fabricação), deve ter se tratado de um enorme sacrifício, provavelmente em um período de grande perigo ou grande celebração.

A exibição na batalha também é relatada por Tácito quando do enfrentamento entre Agrícola e a confederação da Caledônia. O relato ainda mostra a diferença entre a disposição dos exércitos, ecoando o contraste acima mencionado entre bárbaros e romanos. Enquanto o general romano organiza o posicionamento de seu exército de forma estratégica (*Tac., Ag.*, 35, 2), os bretões, visando a fazer maior exibição e infundir terror com sua presença, haviam se posicionado nos lugares mais altos. A primeira linha

ὁ κόσμος αὐτοὺς καὶ θόρυβος ἐξέπληττε τῆς τῶν Κελτῶν δυνάμεως. ἀναρίθμητον μὲν γὰρ ἦν τὸ τῶν βυκανητῶν καὶ σαλπικτῶν πλῆθος. οἷς ἅμα τοῦ παντὸς στρατοπέδου συμπαιανίζοντος τηλικαύτην καὶ τοιαύτην συνέβαινε γίνεσθαι κραυγὴν ὥστε μὴ μόνον τὰς σάλπιγγας καὶ τὰς δυνάμεις, ἀλλὰ καὶ τοὺς παρακειμένους τόπους συνηχοῦντας ἐξ αὐτῶν δοκεῖν προῖεσθαι φωνήν”.

²⁰ “καὶ δόρυ βραχύ, μῆλον χαλκοῦν ἐπ’ ἄκρου τοῦ στύρακος ἔχον, ὥστε σειόμενον κτυπεῖν πρὸς κατάπληξιν τῶν ἐναντίων”.

²¹ Aristóteles condena aqueles que nada temem, pois estes seriam uma espécie de louco ou insensível que não temeria nem mesmo os terremotos ou as ondas do mar, como dizem ser o caso dos celtas. Na *Ética a Eudemo* (III, 1229), o filósofo diz que os celtas tomam as armas e marcham contra o oceano. Essa prática deve ter consistido em um ritual, e uma das versões da morte de Cú Chulainn corrobora com essa compreensão (RANKIN, 1996, p. 23).

se encontrava na planície e as restantes escalonadas ao largo de uma colina, como se estivessem levantando. O campo entre os exércitos era preenchido pelos ruídos confusos e pelos movimentos dos carros de guerra e da cavalaria (Tac., *Ag.*, 35, 3). Partindo da asserção de que não se tratava de barulho e exibição vazia, e de que toda essa encenação deveria ter um significado ritual para essas populações, ainda assim não fica claro se os historiadores romanos tinham consciência disso, já que não mencionam explicitamente, ou se essa omissão visa a esse realce de organização racionalizada versus posicionamento impactante, mas que carece de planejamento e bom senso. Segundo Tácito, após o início da batalha, devido à grande desvantagem das táticas de guerra dos bretões frente ao exército de Agrícola, os carros teriam fugido e os esquadrões da cavalaria teriam se mesclado no combate da infantaria e se viram constrangidos pelas filas compactas dos inimigos romanos e pela desigualdade do terreno:

Em nada se parecia como uma luta equestre, pois como a duras penas se mantinham em pé, acabavam derrubados dos cavalos e com frequência carros desgovernados, cavalos assustados e sem cavaleiros investiam contra eles de frente ou pelos lados, segundo os empurrava o pânico (Tac., *Ag.*, 36., 3).

De acordo com Witt (2009, p. 293), os antigos interpretavam as estruturas que observavam a partir de sua própria linguagem política – no discurso de Agrícola para suas tropas, o general fala sobre povos e formações estranhas (Tac., *Ag.*, 34, 1), as estratégias “bárbaras” deviam parecer tão excêntricas para os romanos quanto a dos romanos para aqueles e os relatos podem pôr ênfase em uma falta de disciplina e desorganização por não compartilhar da mesma lógica de guerra. O exército romano também tinha seus rituais e superstições, no entanto, nos relatos só aparecem descrições de formações racionalmente ponderadas, ao contrário do lado dos bárbaros, que privilegiavam a ritualística e acabavam, inevitavelmente, em confusão e desordem.

Considerações finais

De acordo com Joy Connolly (2007, p. 148), a retórica helenística, através de sua produção sistemática de listas e categorias, buscava disciplinar a linguagem cívica, racionalizar suas propriedades e controlar seus floreios emocionais, traduzindo-os em códigos de tropos e figuras. A retórica pretendia trazer clareza e organização, adicionando racionalidade e sensatez à formação do homem de elite romano e, em um nível mais profundo, representa e habilita uma avaliação racionalizada da ação no mundo; ela projeta a ordem da linguagem na superfície das configurações sociais (CONNOLLY, 2007, p. 150). A retórica, desta forma,

tornou-se uma chave de estabilidade, uma forma de impor limites a um mundo que os desafiava – para além das armas (CONNOLLY, 2007, p. 161).

Se as considerações de Joy Connolly (2007) estiverem corretas, é possível pensar na invenção, nas fantasiosas descrições permitidas dentro das digressões etnográficas e nos lugares-comuns utilizados nas descrições dos “outros” dentro desses termos de ordenação do mundo – uma definição do lugar que cada um deveria ocupar, já que o lugar-comum parece sempre apresentar um par antitético (o romano e o “outro”) já bem definido e estabelecido pelo conhecimento popular e nos livros de história anteriores e cuja capacidade gerativa parece limitar-se a adaptação das necessidades do presente. A liberdade criativa dentro das digressões parece projetar mais um julgamento moral do que uma descrição etnográfica, o que estaria de acordo com a história moral e fornecedora de exemplum como era a praticada em Roma.

Referências

Documentação textual

- ARISTÓTELES, *Ética a Eudemo*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2015.
- ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2018.
- CAESAR. *The Gallic war*. Translated by H. J. Edwards. Cambridge: Harvard University Press, 1917.
- DION CASSIO, *Historiae Romanae*: Book LXXVII. Translated by Earnest Cary, Herbert Baldwin Foster and William Heinemann. London: Harvard University Press, 1914.
- DIODORO SÍCULO. *Bibliotheca historica*. Texto grego editado por Immanuel Bekker, Ludwig Dindorf e Friedrich Vogel. Leipzig: Teubner, 1888-1890.
- DIONÍSIO DE HALICARNASSO. *Rhōmaikē archaiologia [Das antiguidades romanas]*: XIV e XVIII. Texto grego editado por Karl Jacoby. Leipzig: Teubner, 1885.
- ESTRABÓN. *Geografía*. Traducción de Juan Luis Garcia Alonso, Maria Paz de Hoz Garcia-Bellido y Sofia torallas Tovar. Madrid: Gredos, 2015.
- HERODIAN. *History of the Roman Empire*. Translated by Edward Echols. Berkeley: University of California Press, 1961.
- HERÓDOTO. *Histórias*. Tradução de Maria de Fátima Silva e Cristina Abranches Guerreiro. Lisboa: Edições 70, 2001.
- POLÍBIO. *Historíai*. Texto grego editado por Theodorus Büttner-Wobst. Leipzig: Teubner, 1893.

- PTOLOMEU, *Geographia*. Translated by Edward Luther Stevenson. Londres: Constable, 1991.
- QUINTILIANO, *Institutio oratória*. Tradução para o português de Rafael Falcón. Londres: Novas Edições Acadêmicas, 2015.
- SILIUS ITALICUS. *Punica*. Translated by J. D. Duff. Cambridge: Harvard University Press, 1934.
- TÁCITO, *Annales*. Texto latino. Disponível em: <https://www.thelatinlibrary.com/tac.html>. Acesso em: 5 jun. 2023.
- TÁCITO. *De vita et moribus Iulii Agricola*. Texto latino. Disponível em: <https://www.thelatinlibrary.com/tacitus/tac.agri.shtml>. Acesso em: 5 jun. 2023.
- TITO LÍVIO. *Ab Urbe condita*, XXI e XXXVIII. Texto latino. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/liv.html>. Acesso em: 5 jun. 2023.

Obras de apoio

- BREEZE, D. J.; MANN, J. C. Ptolemy, Tacitus and the tribes of north Britain. *Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*, n. 117, p. 85-91, 1987.
- CAMPO, J. P. Tradición e innovación em la imagen polibiana del bárbaro. *Studia Historica*, n. 22, p. 43-62, 2004.
- CONNOLLY, J. The new world order: Greek rhetoric in Rome. In: WORTHINGTON, I. (ed.). *A companion to Greek Rhetoric*. London: Blackwell, 2007, p. 139–165.
- DAMON, C. Rhetoric and historiography. In: DOMINIK, W.; HALL, J. (Eds). *A companion to Roman rhetoric*. London: Blackwell, 2007.
- DIETLER, M. "Our ancestors the Gauls": Archaeology, Ethnic Nationalism, and the manipulation of Celtic identity in Modern Europe. *American Anthropologist, New Series*, v. 96, n. 3, p. 584-605, 1994.
- DUMBAVIN, P. *Picts and Ancient Britons: an exploration of pictish origins*. Nottingham: Third Millennium Publishing, 1998.
- FORNARA, C. W. *The nature of history in ancient Greece and Rome*. London: University of California Press, 1983.
- FOSTER, S. M. *Picts, Gaels and Scots: Early Historic Scotland*. London: B. T. Batsford Ltd, 2006.
- FRASER, J. E. *From Caledonia to Pictland. Scotland to 795*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.
- GREEN, M. (Ed.). *The Celtic World*. London: Routledge, 1996.

- HAYWOOD, J. *The Historical Atlas of the Celtic World*. London: Thames & Hudson, 2009.
- HINGLEY, R. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.
- JAMES, S. *The Atlantic Celts: ancient people or modern invention?* London: British Museum Press, 1999.
- KENNEDY, G. A. Historical survey of rhetoric. In: PORTER, S. E. (ed.). *Handbook of classical rhetoric in the Hellenistic Period: 330 B.C.-A.D. 400*. Leiden: Brill, 2001, p. 3-42.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LAIRD, A. The rhetoric of Roman historiography. In: FELDHERR, A. (ed.). *The Cambridge companion to the Roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 197-213.
- LAUSBERG, H. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- LEFF, M. Commonplaces and argumentation in Cicero and Quintilian. *Argumentation*, n. 10, p. 445-452, 1996.
- LEWIS, C. T.; SHORT, C. *A Latin dictionary; founded on Andrews' edition of Freund's Latin dictionary*. Oxford: Trustees of Tufts University, 1879.
- LÓPEZ, J. F. Quintilian as rhetorician and teacher. In: DOMINIK, W.; HALL, J. (ed.). *A companion to Roman rhetoric*. Malden: Blackwell, 2007, p. 307-322.
- MELLOR, R. *The Roman historians*. London: Routledge, 1999.
- MENDES, N. M. Romanização: a historicidade de um conceito. In: CAMPOS, A. P. et al. (org.). *Os Impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória: Flor & Cultura, 2008, p. 37-52.
- RANKIN, D. The Celts through classical eyes. In: GREEN, M. (ed.). *The Celtic World*. London: Routledge, 1996, p. 21-33.
- REZENDE, A. M. de. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- RITCHIE, J. N. G.; RITCHIE, W. F. The army, weapons and fighting. In: GREEN, M. (ed.). *The Celtic World*. London: Routledge, 1996, p. 37-58.
- SCHUSTER, J. *A construção da identidade picta em escritores do Império Romano durante o governo romano na Britannia (43 – 409 d. C.)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- TODOROV, T. *O medo dos bárbaros*. Petrópolis: Vozes: 2010.

- WELLS, P. S. Los pueblos situados fuera de las fronteras del imperio. In: BISPHAM, E. (ed.). *Europa romana*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 334-388.
- WITT, C. The "Celts". In: ERSKINE, A. (ed.). *A companion to Ancient History*. Oxford: Blackwell, 2009, p. 284-298.